

Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido inicialmente em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras linguísticas encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pela Juíza Maria Araujo Kahn e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros¹:

Troy Brown

Karen Chorney

Richard Loffredo

Eduardo Palmieri

Katharine Casaubon (Consultora de Serviços Jurídicos)

Melanie Kerr (Funcionária de Apoio)

A dura realidade econômica de 2016 obrigou o Poder Judiciário a tomar decisões muito difíceis. Apesar dessas dificuldades, o compromisso do Judiciário de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos, serviços e informações continuou a ser uma prioridade.

Em 2016, o ITS recebeu acima de 43.000 requisições para fornecer assistência linguística oral presencial em 72 línguas/dialetos diferentes e acima de 15.000 requisições para fornecer serviços de interpretação telefônica em 49 línguas/dialetos diferentes. Além disso, em 2016, o ITS traduziu 50 formulários distintos do Poder Judiciário como também 110 documentos relacionados a causas específicas (veja o Anexo A).

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês no ano de 2016.

¹O Comitê gostaria de reconhecer as advogadas Susan Garcia Nofi, ex-Diretora Executiva da Associação de Assistência Jurídica de New Haven e Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

Iniciativas Constantes

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar o sistema judiciário em Connecticut, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

Treinamento contínuo sobre indivíduos com Proficiência Limitada em Inglês (LEP- na sigla em inglês)

Em 2008, o Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais, esclarece o papel do intérprete, e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Em 2016, foram oferecidas cinco sessões de treinamento, com a participação de 98 funcionários do Poder Judiciário e até agora, mais de 2.000 funcionários já participaram desse programa de meio-período. Com o auxílio da Divisão de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário, o Comitê iniciou o trabalho de transição do treinamento sobre indivíduos com LEP para um formato à distância, o qual está previsto de ser lançado em 2017.

O Judiciário também oferece aos seus prestadores de serviços um programa de treinamento sobre direitos civis. Esse programa contém um componente sobre LEP, para que prestadores de serviços entendam as obrigações do Judiciário, como também as suas próprias obrigações de prover acesso significativo à pessoas com proficiência limitada em inglês. Em 2016, três sessões de treinamento foram oferecidas com a participação de 72 prestadores de serviços.

O treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido tanto aos Juízes quanto aos Juízes Auxiliares da Vara de Família para Execução de Alimentos de alimentos, no ano de 2013. Desde então, esse treinamento tem sido incorporado no programa de orientação para novos juízes fornecido a todos os juízes recém nomeados. Em 2016, durante o encontro da divisão dos juízes no final do ano, a juíza Kahn ofereceu um treinamento de acompanhamento. Este treinamento abordou tendências atuais relacionadas a questões sobre indivíduos com LEP, sobre o processo de escala de intérpretes, como otimizar recursos, e outras iniciativas futuras.

Documentos Essenciais

O Poder Judiciário identificou seus documentos essenciais e continua o processo de tradução destes para o espanhol, polonês e português. Em 2016, 160 documentos foram traduzidos.

O Comitê gostaria de reconhecer o trabalho de Millie Rutkiewicz, Líder de Intérpretes , a qual supervisionou as traduções para o Poder Judiciário pelos últimos seis anos, aposentando-se em dezembro de 2016. Foi através de sua dedicação e liderança que o Poder Judiciário teve condições de traduzir grande quantidade de seus documentos.

Serviço Telefônico Bilingue

O Poder Judiciário de Connecticut contratou serviços de assistência telefônica para idiomas, que permitem aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês comunicar-se através do uso de um telefone.

Os serviços telefônicos bilingue estão disponíveis em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Estão disponibilizados em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários trabalhando em outras localidades, via telefone celular, quando necessitam comunicar-se com indivíduos com proficiência limitada em inglês. Este serviço foi utilizado 15.859 vezes em 49 línguas/dialetos diferentes no ano de 2016.

Atualização da Página da Internet do Poder Judiciário

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são polonês e português (aproximadamente 3% cada). Consequentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês.

O Conselho Gestor da Internet do Poder Judiciário identificou quais são as páginas da internet de Perguntas Frequentes mais visitadas. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução encarregou-se do processo de tradução dessas e de outras páginas para o espanhol, polonês e português.

Interpretação Remota por Vídeo

O aumento da demanda dos serviços de interpretação, a necessidade contínua de encontrar candidatos adequados, limitações nas contratações devidas a questões orçamentais, e a falta de intérpretes certificados e qualificados torna necessário que o Judiciário busque maneiras alternativas de assegurar acesso significativo à justiça para os indivíduos com LEP.

Um programa piloto foi lançado em 2016 o qual permite a Interpretação Remota por Vídeo entre os escritórios. Atualmente, quando entrevistas são agendadas com um indivíduo com proficiência limitada em inglês e um intérprete não está disponível pessoalmente, os escritórios

utilizam os serviços telefônicos bilingue do Judiciário. No programa piloto, o Poder Judiciário está considerando a utilização de seus funcionários intérpretes certificados para interpretação remota por vídeo para esses tipos de entrevista.

A Comarca da New Britain foi a localização selecionada para o programa piloto. Desde outubro de 2016, as entrevistas entre os funcionários do Poder Judiciário e indivíduos com proficiência limitada em inglês nos escritórios de suspensão condicional da vara da infância, suspensão condicional para adultos e serviços de relações familiares têm ocorrido utilizando-se a interpretação remota por vídeo. Esta tecnologia, se viável, poderá ser utilizada em outros locais e situações para promover a prestação de serviços de interpretação de maneira eficiente e em tempo hábil.

“Diretrizes para o Trabalho com Intérpretes Judiciários”

O Comitê criou um formulário novo denominado “Diretrizes para o Trabalho com Intérpretes Judiciários”, JD-ES-327. O formulário oferece recomendações para otimizar a eficiência da comunicação quando um intérprete judiciário está sendo utilizado. Essas diretrizes foram desenvolvidas para instruir funcionários e profissionais que não trabalham para o Poder Judiciário os quais utilizam os serviços dos intérpretes judiciários.

Planos Futuros

O Comitê reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso à suas instalações, seus procedimentos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

Documentos Essenciais

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento atualmente. Em 2013, o Diretor Geral Administrativo enviou uma carta aos Diretores Executivos do Poder Judiciário em nome do Comitê, requisitando que fossem identificados os documentos essenciais utilizados por suas divisões para que fossem traduzidos. A relação inicial de documentos foi traduzida para o espanhol. No momento, a Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução está providenciando a tradução desses documentos para polonês e português.

No próximo ano, o Comitê irá solicitar que o Diretor Geral Administrativo envie uma nova carta aos Diretores Executivos do Judiciário para que identifiquem quaisquer outros documentos essenciais que necessitem ser traduzidos.

No próximo ano, o Comitê irá colaborar com a Divisão de Relações Externas para notificar/informar os interessados sobre a disponibilidade de novos documentos essenciais que tenham sido traduzidos.

Interpretação Remota por Vídeo

O Comitê sobre LEP irá rever o *feedback* no que tange ao programa piloto de interpretação remota por vídeo lançado no fórum de New Britain para possibilitar entrevistas entre clientes com LEP e os serviços de fiança, suspensão condicional e relações familiares. Dependendo dos resultados do *feedback*, o Comitê irá procurar expandir o programa para outros fóruns.

O Comitê também continuará a trabalhar com a Divisão de Tecnologia e Informação do Judiciário e com a Divisão de Serviços de Suporte aos Juízes para desenvolver um programa piloto de interpretação remota por vídeo para processos judiciais no fórum da Nova Grã-Bretanha. Isto permitirá que um intérprete permanente da língua espanhola, localizado no escritório central do ITS em Hartford, possa estar presente em uma sala de audiências por meio de tecnologia de vídeo para fornecer serviços de assistência linguística. O uso desta tecnologia, reduz extremamente o período de espera para que o intérprete chegue até aquele local. Também permite que o ITS otimize os serviços de seus intérpretes permanentes os quais são altamente treinados e qualificados, em vez de depender de fornecedores menos experientes. Portanto, essa é uma maneira mais conveniente e eficiente de se oferecer os serviços de um intérprete.

Informação dos Direitos Constitucionais

Em 2012, um programa piloto foi desenvolvido no qual a informação dos direitos constitucionais fornecida pelos Juízes Auxiliares da Vara de Família para Execução de Alimentos, foram traduzidas para o espanhol e gravadas em um DVD. Em vez de utilizar um intérprete ao vivo para informar dos direitos constitucionais, o vídeo pré-gravado é reproduzido na sala de audiência imediatamente após o aviso do Juiz Auxiliar. O sucesso desse programa piloto levou à sua implantação em 2014, em âmbito estadual.

Uma pesquisa foi desenvolvida e será enviada a todos os interessados envolvidos com o projeto de informação dos direitos constitucionais. Essa pesquisa, terá o objetivo de determinar o impacto do programa e de servir como base para decidir se o programa deve ou não ser oferecido a outros tipos de causas.

Treinamento

O treinamento relativo às questões sobre indivíduos com LEP é um esforço contínuo. O Comitê sobre LEP, com o auxílio da Divisão de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário, irá lançar um programa de treinamento à distância para todos os funcionários do Poder Judiciário. O treinamento será obrigatório e deverá ser completado dentro de seis meses da data de lançamento.

O Comitê sobre LEP também começará a desenvolver um módulo de treinamento à distância para os prestadores de serviços contratados pelo Poder Judiciário. Este treinamento será obrigatório para todos os prestadores de serviços contratados que fornecem serviços diretamente aos interessados do Poder Judiciário.

Divulgação

O Comitê sobre LEP irá criar uma conta de e-mail a qual permitirá que os interessados ofereçam sugestões a respeito de como o Poder Judiciário pode atender melhor às necessidades da população com LEP. Essa conta de e-mail será adicionada à página da internet do Comitê e será divulgada às agências que trabalham com a população com LEP.

Além disso, o Comitê irá envolver novamente os indivíduos com LEP com interesse no Poder Judiciário para determinar se há alguma outra melhoria que possa ser feita.

Revisão do Plano de Acesso

O Comitê irá rever e revisar o Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário.

Treinamento de Reciclagem para Utilização de Serviços Telefônicos Bilingue

Um terceiro serviço telefônico bilingue está sendo testado pelo Poder Judiciário. Em 2017, este terceiro prestador de serviços será implementado em âmbito estadual. Os Serviços de Interpretação e Tradução fornecerá a todos os escritórios, como parte da implementação, um treinamento de reciclagem para utilização dos serviços telefônicos.

Avaliação do Site

The LEP Committee will review its Committee webpage, as well as the “Limited English Proficiency (LEP)” webpage, on the Judicial Branch’s website to see if any improvements can be made to make it more user-friendly.